

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.560.169 - SP (2019/0232961-3)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : MARIA IZABEL GALVAO GOMES PEREIRA
AGRAVANTE : JEAN - JACQUES SCHALLER
ADVOGADOS : ALDE DA COSTA SANTOS JÚNIOR - DF007447
ANTÔNIO MIGUEL AITH NETO - SP088619
ADVOGADOS : MARIA ZULEIKA DE OLIVEIRA ROCHA - DF010407
FERNANDO DE OLIVEIRA CAMARGO - SP144638
JOÃO PAULO MORAES ALMEIDA - DF026324
AGRAVANTE : SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL -
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO -
SENAC/SP
ADVOGADOS : ROBERTO MOREIRA DA SILVA LIMA - SP019993
FABIANO ESTEVES DE BARROS PAVEZI - SP169912
LUÍS FELIPE DE FREITAS BRAGA PELLON - SP153710
AGRAVADO : OS MESMOS
AGRAVADO : SEGUROS SURA S/A
OUTRO NOME : ROYAL & SUNALLIANCE SEGURO (BRASIL) S/A
ADVOGADOS : SÉRGIO RUY BARROSO DE MELLO E OUTRO(S) - SP153707
CRISTIANE MACHADO DE MACÊDO - SP344652A

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial interposto por SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado:

Ação de indenização por danos morais e materiais. Falecimento da filha dos autores, enquanto brincava, sob monitoramento dos prepostos do requerido, em parque infantil disponibilizado no interior de Hotel pertencente ao requerido. Queda da viga de sustentação do balanço em que a filha dos autores se encontrava. Relação de consumo. Fato do serviço. Responsabilidade objetiva do réu. Ausência de culpa exclusiva terceiro. Laudo pericial que instruiu inquérito policial que concluiu que a causa da queda da viga de sustentação do balanço foi a ausência de manutenção do brinquedo. Eventual erro de projeção do balanço que não exclui a responsabilidade da requerida em relação aos consumidores. Fortuito interno que se insere no risco da atividade prestada pelo réu. Danos materiais que restaram comprovados e comportam reparação. Danos morais in re ipsa. Necessidade de readequação do valor arbitrado a título de indenização, observada a jurisprudência predominante no E. Superior Tribunal de Justiça. Redução da indenização para o montante de 500 salários mínimos

em favor do grupo familiar. Impossibilidade de conversão da indenização por danos morais em condenação do réu ao custeio de projeto social desenvolvido pelos autores. Valor que deverá observar o salário-mínimo vigente à época em que fixados os danos morais, acrescidos de juros de mora a contar da data do evento danoso, e de correção monetária a contar do arbitramento. Sucumbência recíproca. Lide secundária. Possibilidade de dedução do valor da franquia dos valores segurados. Desconto oponível somente em relação à denunciante, não podendo ser oposto em relação às vítimas do acidente. Sentença de parcial procedência. Reforma parcial. Recursos dos autores e dos requeridos providos em parte. Dá-se parcial provimento aos recursos (fl. 1075).

Opostos embargos de declaração, foram acolhidos, sem efeitos modificativos (fls. 1271/1279 e 1319/1326).

No recurso especial, o recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 14, § 3º, II, do CDC, 186, 393, 407, 927 e 944 do CC, 86 do CPC, tratando, em síntese, de (a) culpa exclusiva de terceiro e ocorrência de caso fortuito, (b) inexistência de dano material, (c) exorbitância do valor fixado a título de danos morais, (e) termo inicial dos juros de mora e (f) sucumbência.

A teor das razões, o recorrente "*demonstrou a ocorrência culpa exclusiva de terceiro, na medida em que tanto a Polícia Científica quanto o Perito Criminal, Prof. Ricardo Molina, convergiram, em seus respectivos laudos para o fato de ter ocorrido erro de projeção do balanço que vitimou, infelizmente, Inês. Tal erro é a falha da ligação mecânica entre a viga e a coluna, que entrou em colapso (vide fls. 161 e 206). Além disso, restou incontroverso nos autos que a responsabilidade por esse erro de projeção foi de um terceiro, isto é, da empresa "Febra - Fernando Brandão Arquitetura e Construção Ltda.", (fl. 1108); "comprovada a culpa exclusiva de terceiro, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, houve a 'quebra' do nexo de causalidade e, portanto, não há responsabilidade objetiva por parte do Recorrente, devendo a lide ser julgada improcedente" (fl. 1109); "o que ocorreu foi típico caso fortuito (evento imprevisível e inevitável), de acordo com o art. 393 e parágrafo único, do Código Civil, e não fortuito interno, daí porque não há responsabilidade por parte do recorrente, devendo a demanda ser julgada improcedente" (fl. 1111).*

Prosseguindo, aduz o recorrente que "*o deferimento de indenização por danos materiais (restituição do valor despendido com passagens aéreas) contrariou a Lei Federal porque, segundo o Código Civil, um dos pressupostos da responsabilidade civil é a existência de dano. Tanto em sede de contestação quanto em sede de apelo, o*

Superior Tribunal de Justiça

recorrente foi claro ao alertar os julgadores sobre o fato de que não há nos autos comprovantes de pagamentos em nome dos recorridos e estes, por sua vez, não explicaram quem, de fato, teria efetuado o pagamento para a emissão dessas passagens aéreas. Em outras palavras, não restou demonstrado a existência do pressuposto dano, daí porque há contrariedade à Lei" (fl. 1111) .

A respeito da reparação moral, alega "excessiva desproporção entre a gravidade da culpa (in casu, do recorrente é inexistente ou mínima) e o dano (psicológico experimento pelos recorridos) quando da redução, pelo Tribunal de Justiça, do quantum da indenização por danos morais, para 500 (quinhentos) salários mínimos, sendo de 250 (duzentos e cinquenta) para cada um dos recorridos. Há desproporção porque o v. acórdão reduziu o quantum da indenização por danos morais para o patamar máximo aceito pelo Superior Tribunal de Justiça" (fl. 1113); "logo, o quantum de 500 (quinhentos) salários mínimos há de ser revisto por esse Superior Tribunal, de forma excepcional, reduzindo-o para o patamar mínimo de 300 (trezentos) salários mínimos, sendo de 150 (cento e cinquenta) para cada um dos recorridos" (fl. 1114).

Sustenta que "os juros de mora, para a indenização por danos morais, in casu, devem fluir desde a data que fixou os indigitados danos morais, por se tratar de responsabilidade contratual" (fl. 1118).

Insurgindo-se contra sucumbência fixada, afirma que, "em números, dentre danos morais e materiais, os o recorridos pleitearam a exorbitante quantia de R\$ 12.827.103,28 (doze milhões, oitocentos e vinte e sete mil, cento e três reais e vinte e oito centavos); a r. sentença deferiu apenas parte o dessa quantia, ou seja, R\$ 953.545,84 (sem juros e correções); com a reforma da r. sentença, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, essa quantia, também sem correções e juros, foi reduzida para R\$ 513.545,84"; "após a reforma, em sede recursal, o êxito dos recorridos diminuiu para apenas 4%, aumentado a sua sucumbência para 96%; evidente que o recorrente venceu em maior medida, pois os recorridos decaíram em 96% de seus pedidos, devendo, portanto, responderem por inteiro quanto ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios" (fl. 1119).

Contrarrazões às fls. 1331/1338 e 1340/1352.

Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais proposta por MARIA IZABEL GALVÃO GOMES PEREIRA e JEAN-JACQUES SCHALLER contra SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, em razão do

"falecimento da filha dos autores, enquanto brincava, sob monitoramento dos prepostos do requerido, em parque infantil disponibilizado no interior de Hotel pertencente ao requerido" (fl. 1075).

Segundo consta, "resta incontroverso nos autos, porque comprovado documentalmente, e o admitido pelas partes, que os autores hospedaram-se no Grande Hotel São Pedro, de propriedade da requerida, e que no dia 23 de julho de 2012, sua filha, que os acompanhava, INES SCHALLER, nascida em 19 de agosto de 2007 (fl. 28), veio a falecer (fl. 29), em decorrência de hemorragia interna aguda após traumatismo torácico; (...) a referida lesão fatal ocorrera após a criança ser atingida pela viga de sustentação do balanço em que ela brincava, no "playground" do hotel, devidamente acompanhada por funcionários responsáveis pelo monitoramento dos infantes" (fl. 961).

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, "para o fim de fixar a indenização por **danos materiais em R\$ 73.545,84** e para fixar a indenização por **danos morais em 500 salários mínimos para cada um dos autores**, considerando recíproca a sucumbência. Ademais, julgou procedente a denunciação da lide, para o fim de condenar a denunciada a ressarcir os prejuízos do denunciante com relação à indenização, nos limites da apólice, deixando de condenar a denunciada ao pagamento da sucumbência" (fl. 1082).

O acórdão recorrido deu "parcial provimento ao recurso dos autores, para o fim de determinar que os **juros de mora incidam a contar do evento danoso**", e "parcial provimento aos recursos da ré e da denunciada, para o fim de **reduzir a indenização por danos morais para 500 salários mínimos [250 para cada autor, fl. 1093], vigentes à data da sentença, acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação, e de correção monetária desde a data de sua fixação**; determinou "a partilha da sucumbência em relação ao pedido principal, considerando a sucumbência parcial dos autores, ficando os honorários advocatícios arbitrados em 10% do valor da condenação, observados os termos do artigo 85, §2º e §8º do Código de Processo Civil, mantida a sucumbência da lide secundária nos termos consignados pela r. sentença apelada" (fl. 1098). Opostos embargos de declaração, foram acolhidos em parte, de modo a constar a incidência de juros de mora de 1% ao mês, **a contar do evento danoso** (fl. 1275).

Daí, o recurso especial em exame.

O recorrente, SENAC, pretende ver afastada sua responsabilidade, alegando culpa exclusiva de terceiro e ocorrência de caso fortuito. A argumentação apresentada, todavia, não é capaz de afastar a motivação da Corte estadual, que reconheceu a

responsabilidade da recorrente, com base no conjunto fático-probatório dos autos e à luz do Código de Defesa do Consumidor. O tribunal de origem concluiu que restou configurada a falha na prestação de serviços pela recorrente, bem assim pela inexistência de culpa exclusiva de terceiro. Destaca-se no acórdão recorrido:

No caso concreto, durante a hospedagem dos autores e de sua filha no Hotel requerido, restou configurada a falha na prestação de serviços pela requerida, em razão da queda de balanço localizado nas dependências do Hotel requerido sobre a filha dos autores, culminando com o falecimento da menor.

Aplica-se ao caso concreto, portanto, o disposto no artigo 14, caput, do Código de Defesa do Consumidor, segundo o qual o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, vez que se cuida de responsabilidade objetiva, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços. Nessa esteira, são considerados defeituosos os serviços que não fornecem a segurança que o consumidor pode dele esperar, considerando o modo de seu fornecimento e os riscos que dele razoavelmente se esperam.

No caso em tela, à evidência, os fatos verificados se enquadram como acidente de consumo, nos termos indicados pelo artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor. Com efeito, os fatos narrados demonstram que a filha dos autores se encontrava no "playground" do Hotel requerido, em que brincava sob a supervisão de funcionários contratados pelo Hotel requerido para monitorar as crianças que se encontravam no estabelecimento, quando a viga de sustentação do balanço em que a criança se encontrava caiu sobre o tórax da infante, provocando hemorragia decorrente de traumatismo torácico que culminou com o falecimento da menor.

Sustentam as requeridas que não restou configurado o nexo de causalidade entre a conduta das rés e os danos causados aos autores, ressaltando que a queda do balanço decorreu de erro de projeção imputável a terceiros, consistente na falha da ligação mecânica entre a viga e a coluna do balanço, como sustentado pelo assistente técnico do Hotel requerido em laudo visto a fls. 151/194.

Não obstante, como bem ressaltado pela r. sentença apelada, em laudo elaborado pelo Instituto Criminológico, nos autos do inquérito policial instaurado para apuração criminal dos fatos, concluiu-se que a queda do balanço foi provocada por falta de manutenção, condição determinante para verificação do acidente (fls. 69/85 e fls. 196/216), o que afasta a alegação dos requeridos de que não haveria nexo de causalidade entre sua

conduta e o resultado danoso verificado pelos autores, não tendo se comprovado a alegação de que os danos teriam sido causados em razão de fato exclusivo de terceiro, capaz de afastar a responsabilidade do fornecedor nos termos do artigo 14, § 3º, inciso II do Código de Defesa do Consumidor, que fica afastado.

Resta, portanto, comprovada a responsabilidade do requerido pelos danos causados aos autores, na medida em que o acidente que vitimou a filha dos requerentes se deu nas dependências do Hotel em que a família estava hospedada e por meio da utilização normal do brinquedo disponibilizado no estabelecimento, ao qual, contudo, não foi assegurada a manutenção necessária, não tendo sido verificada qualquer conduta da criança, que à época contava com apenas cinco anos, capaz de majorar riscos ou mesmo de excluir a responsabilidade das requeridas por culpa exclusiva da vítima, nem mesmo a responsabilidade exclusiva de terceiros, capaz de afastar a responsabilidade da ré.

Ressalta-se, ainda, que embora a ré sustente que foi conferida ao balanço a manutenção necessária, o laudo pericial realizado pelo IMESC aponta que a extremidade entalhada da viga sofreu ruptura por cisalhamento provocado por intempéries, o que provocou a sua queda, ressaltando que a região apresentava avançado estado de biodeterioração, tornando-se substrato para plantas que lá se desenvolviam e que poderiam sinalizar a ocorrência de problemas na região quando da realização de manutenção que, se realizada, teria detectado o problema (fls. 77).

Embora as requeridas sustentem que o erro de projeção levou à queda do balanço, não se afasta a responsabilidade da requerida pela quebra do brinquedo, cumprindo consignar que ao disponibilizar "playgroud" para seus hóspedes, assim como monitores para acompanhamento das crianças hospedadas no local e o desenvolvimento de atividades recreativas, a requerida assumiu a responsabilidade de manter suas instalações de acordo com as normas de segurança, de modo que os danos provocados aos consumidores no exercício da atividade da requerida configuram fortuito interno, estando presente o dever de indenizar da requerida frente ao consumidor, mesmo que possível o ajuizamento de posterior ação de regresso contra terceiros que tenham contribuído para a ocorrência dos danos verificados.

Dessa forma, considerando que a responsabilidade da parte ré é objetiva e que restou comprovada a existência de nexo de causalidade entre sua conduta e os danos verificados pelos autores, não tendo sido demonstrada pela requerida a culpa exclusiva de terceiros ou a inexistência de defeito na prestação de

serviços, resta configurado o dever de indenizar da parte ré (fls. 1083/1086).

Nesse contexto, eventual alteração dessa conclusão, demandaria reexame de matéria fática, vedado em recurso especial (Súmula 7/STJ).

Outrossim, a reforma do acórdão recorrido quanto aos danos materiais relativos às despesas com passagens aéreas esbarra no mesmo óbice.

A respeito, o recorrente sustenta que inexistente prejuízo material a ressarcir, alegando não haver comprovante do pagamento das referidas passagens.

O tribunal estadual, entretanto, consignou que os referidos danos materiais restaram comprovados. Lê-se no acórdão recorrido:

No que refere ao pagamento de indenização por danos materiais, os autores sustentam que tiveram de arcar com o pagamento de R\$ 73.545,84 em razão das despesas de familiares da menor com passagens aéreas do local em que se encontravam para o Brasil, como demonstram os documentos de fls. 355/362 e fls. 716/720. Afirmam as requeridas que a indenização por danos materiais em relação aos valores exigidos não se mostra possível, na medida em que os requerentes não teriam comprovado que arcaram pessoalmente com o pagamento das quantias.

Não obstante, cumpre consignar que restou verificado o pagamento dos valores pelos requerentes, que juntaram os bilhetes emitidos aos autos, os quais já contavam com o valor das passagens, não sendo crível que terceiros tenham efetuado o pagamento das quantias com a entrega das passagens aos requerentes para fins de indenização, motivo pelo qual a r. sentença apelada não comporta reforma em relação a este ponto, devendo haver a condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos materiais, nos termos consignados pela r. sentença apelada, não se mostrando necessária a juntada de outros comprovantes para fins de demonstração do pagamento da quantia pelos autores.

Ressalta-se, ainda, que mesmo na hipótese de terceiros exigirem o reembolso dos valores da requerida, esta poderá demonstrar que já efetuou o pagamento dos valores em favor dos autores, não podendo ser novamente responsabilizada pelo pagamento dos débitos, sendo possível o ajuizamento de ação de regresso por quem de direito (fls. 1086/1087).

A modificação de tal entendimento lançado no v. acórdão recorrido

demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, inviável em recurso especial (Súmula 7/STJ).

No tocante ao *quantum* indenizatório, cabe registrar que, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, somente é admissível o exame do valor fixado a título de danos morais em hipóteses excepcionais, quando for verificada a exorbitância ou a irrisoriedade da importância arbitrada, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade (AgRg no REsp 971.113/SP; AgRg no REsp 675.950/SC; AgRg no Ag 1.065.600/MG).

Consoante ressaltado pelo eminente Ministro Aldir Passarinho Junior: "*A intromissão do Superior Tribunal de Justiça na revisão do dano moral somente deve ocorrer em casos em que a razoabilidade for abandonada, denotando um valor indenizatório abusivo, a ponto de implicar enriquecimento indevido, ou irrisório, a ponto de tornar inócua a compensação pela ofensa efetivamente causada*" (REsp 879.460/AC, Quarta Turma, DJe, 26.4.2010).

Com efeito, somente é possível a modificação do *quantum* indenizatório quando exorbitante ou irrisório, o que, na espécie, não ficou demonstrado.

O tribunal *a quo*, considerando as peculiaridades do caso e atento aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, reduziu a reparação por danos morais fixada na sentença, de 500 para 250 salários mínimos (vigentes à data da sentença, fl. 1098, proferida em 2016), para cada autor (pai e mãe). Confira-se trecho do acórdão recorrido:

No que tange aos danos morais, evidentemente os fatos narrados causaram aos autores danos capazes de causar intenso sofrimento aos requerentes, por longo período, não se confundindo os danos narrados com o mero aborrecimento da vida de relação. Com efeito, a morte prematura da filha dos autores, em tenra idade, causada por acidente que poderia ter sido evitado caso tivessem sido observados os cuidados mínimos com a manutenção dos brinquedos disponibilizados no Hotel em que a menor se encontrava, à evidência, causou danos psicológicos aos autores, que devem ser indenizados e dispensam comprovação, cuidando-se de hipótese em que configurados os danos morais in re ipsa.

(...)

No caso em tela, os danos morais foram verificados em relação aos pais da menor e devem ser indenizados observando-se a

Superior Tribunal de Justiça

extensão e a duração do dano causado aos requerentes, assim como grau de culpa e a reprovabilidade da conduta da ré, observadas as condições financeiras do ofensor e do ofendido.

Verifica-se que o MM. Juiz a quo arbitrou a indenização por danos morais em 500 salários mínimos à genitora da menor e ao mesmo valor em favor do genitor da criança.

Não obstante, tem sido observado pelo E. Superior Tribunal de Justiça o patamar de 500 salários mínimos para o grupo familiar nos casos em que se verifica o falecimento de pessoa da família. Com efeito, embora não se admita a tariffação da indenização por danos morais, o E. Superior Tribunal de Justiça entende que é legítimo o estabelecimento de limites para a indenização, cumprindo consignar que há inúmeros julgados daquela Corte entendendo que o valor máximo, em regra, dos danos morais devidos em favor da família da vítima é de 500 salários mínimos, destinados à reparação do grupo familiar.

(...)

Nessa esteira, os danos morais arbitrados comportam reforma parcial, a fim de que sejam arbitrados em 250 salários mínimos para cada autor, totalizando a quantia de 500 salários mínimos para ambos os genitores, em observância ao entendimento predominante na jurisprudência do E. Superior Tribunal de Justiça (fls. 1087/1093).

Nessa linha, não se verifica a excepcionalidade capaz de justificar a atuação do Superior Tribunal de Justiça.

Quanto aos juros de mora, o recorrente sustenta que "*devem fluir desde a data que fixou os indigitados danos morais, por se tratar de responsabilidade contratual*" (fl. 1118).

O tribunal estadual determinou a incidência de juros de mora a partir do evento danoso (fl. 1275).

Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, entretanto, os juros de mora na condenação por dano moral, na hipótese de responsabilidade contratual, incidem a partir da citação. A propósito:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFECÇÃO HOSPITALAR. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. CARÁTER

INFRINGENTE DA PRETENSÃO. FINALIDADE INCOMPATÍVEL COM A NATUREZA DO RECURSO.

(...)

3. Tratando-se de reparação de dano moral, os juros de mora incidem desde o evento danoso, em casos de responsabilidade extracontratual (Súmula n. 54/STJ), e desde a citação da parte ré, no caso de responsabilidade contratual.

*4. Embargos de declaração rejeitados (EDcl nos EREsp 903.258/RS, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, Rel. p/ Acórdão Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL**, DJe, 11.6.2015).*

AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL DECORRENTE DE RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA A PARTIR DA CITAÇÃO DA PARTE RÉ. EFEITO INTEGRATIVO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. RECURSO IMPROVIDO.

1. A Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça, em 11/06/2015, no julgamento dos Embargos Declaratórios opostos no EREsp n. 903.258/RS, pacificou o entendimento de que, no dano moral arbitrado em decorrência de responsabilidade contratual, os juros de mora incidem a partir da citação da parte ré.

(...)

*3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg nos EAREsp 687.532/DF, Rel. Ministro **JORGE MUSSI, CORTE ESPECIAL**, DJe, 14.12.2015).*

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXCURSÃO ESCOLAR. ACIDENTE EM HOTEL. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL.

1. Segundo a jurisprudência do STJ, os estabelecimentos de ensino respondem objetivamente pelos danos causados a alunos no período em que estes se encontrarem sob sua vigilância e autoridade, por força da aplicação da teoria do risco do empreendimento.

2. Os juros de mora na condenação por dano moral fluem a partir da citação ou do evento danoso, tratando-se, respectivamente, de responsabilidade contratual ou extracontratual.

*3. Agravo interno não provido (AgInt no AREsp 891249/RJ, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA**, DJe 27.10.2017).*

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE EM INTERIOR DE ÔNIBUS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. GRAU DE SUCUMBÊNCIA. VERIFICAÇÃO. REEXAME DE PROVA.

1. Em sede de recurso especial, a revisão da indenização por dano moral apenas é possível quando o quantum arbitrado nas instâncias originárias se revelar irrisório ou exorbitante. Não estando configurada uma dessas hipóteses, torna-se incabível examinar a justiça do valor fixado na indenização, uma vez que tal análise demanda incursão à seara fático-probatória dos autos, atraindo a incidência do enunciado da Súmula 7/STJ.

2. O termo inicial dos juros de mora na condenação por dano moral é a partir da citação ou do evento danoso, conforme se trate de responsabilidade contratual ou extracontratual, respectivamente, o que afasta a alegação de incidência a partir do arbitramento da indenização.

3. A verificação do grau de sucumbência de cada parte, para fins de distribuição das despesas processuais e honorários advocatícios, enseja incursão à seara fático-probatória dos autos, vedada pelo enunciado da Súmula 7/STJ.

*4. Agravo interno não provido (AgInt no AREsp 1023507/RJ, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, DJe, 27.6.2017).*

Por fim, alegando ser vencedor em maior medida, decaindo em parte mínima, o recorrente sustenta que os recorridos devem responder integralmente pelos ônus da sucumbência.

Consoante entendimento desta Corte, a indenização por danos morais e materiais fixada em montante inferior ao pedido não configura sucumbência recíproca, pois o montante deduzido na petição inicial é meramente estimativo.

Todavia, cumpre registrar a orientação jurisprudencial deste Tribunal no sentido de que a revisão dos critérios e do percentual relativo à sucumbência demanda reexame de matéria fático-probatória, insuscetível de reapreciação em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

Na espécie, os autores pleitearam *"a reparação dos danos morais, consistente em custeio de programa social a ser implementado, ou, alternativamente,*

*em 500 salários mínimos franceses, para cada autor" e "a indenização dos danos materiais, especificamente **pensionamento**, durante a vida dos autores, no patamar inicial de R\$ 2.989,33, desde quando a "de cujus" completaria 14 anos e R\$ 1.494,66, a partir do aniversário de 25 anos, e **custeio dos gastos com a viagem** dos outros filho do autor JEAN-JACQUES, para acompanhar o funeral" (fl. 959).*

A instância ordinária indeferiu os pedido de indenização relativa à constituição do projeto social e de pensão por morte, e, em razão disso, concluiu pela ocorrência de sucumbência recíproca, considerando que os autores decaíram em relação à parte substancial do pedido.

Destaca-se no acórdão recorrido:

A sucumbência na ação principal deve ser partilhada, igualmente, pelos autores e pela parte requerida, devendo cada parte arcar com o pagamento das custas e das despesas processuais que adiantou, assim como com os honorários da parte contrária, que ficam arbitrados em 10% do valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º e §11 do Código de Processo Civil. Embora a requerida tenha dado causa ao ajuizamento da demanda, os pedidos formulados pelos autores foram providos somente em parte, não se mostrando possível o custeio da sucumbência integral pela ré, devendo ser observada a natureza dos honorários advocatícios, que tem como escopo remunerar o trabalho desenvolvido pelo patrono da parte (fl. 1094).

Com efeito, o v. acórdão embargado [...] destacou que no caso concreto se faz necessária a partilha da sucumbência, considerando que os autores decaíram em relação à parte substancial do pedido, tendo havido o afastamento do pedido de condenação dos requeridos ao custeio de projeto social, não se mostrando possível o custeio da verba honorária de forma integral pela parte ré (fls. 1321/1322).

Nesse contexto, a modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

Confiram-se, a propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS.

SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA RECONHECIDA. GRAU DE DECAIMENTO. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

2. No caso concreto, o Tribunal de origem, com base na análise de fatos e provas, considerou ter havido sucumbência recíproca. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das peculiaridades do processo, o que é vedado em recurso especial.

3. A incidência da referida súmula também obsta o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, consoante a jurisprudência desta Corte.

*4. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp 1.330.386/SP, Rel. Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, DJe de 16.4.2019).*

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. MORTE DA VÍTIMA. CULPA E NEXO CAUSAL. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. PENSÃO MENSAL DEVIDA AO FILHO. DIREITO DE ACRESCER. DESPESAS DE FUNERAL. COMPROVAÇÃO. DESNECESSIDADE. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. CONFIGURAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS, SEM ALTERAÇÃO NO RESULTADO DO JULGAMENTO.

(...)

4. A sucumbência recíproca ou em parte mínima, estabelecida pelo Tribunal de origem, envolve contexto fático-probatório, cuja análise e revisão revelam-se interditadas a esta Corte Superior, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ.

*5. Embargos de declaração acolhidos, sem alteração no resultado do julgamento (EDcl no AgRg no AREsp 151072/SP, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, DJe, 11.9.2018).*

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. INTERESSE DE AGIR JÁ RECONHECIDO NA ORIGEM. DANOS MORAIS. NÃO CONFIGURAÇÃO. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO JULGADO ATACADO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 283 E 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA.

DECAIMENTO MÍNIMO. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não há interesse recursal no tocante à discussão sobre o interesse de agir, visto que a existência da referida condição da ação já fora reconhecida na origem.

2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que, inexistindo ato restritivo de crédito, a mera cobrança de valores por serviços não contratados não gera, por si só, danos morais indenizáveis.

3. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando as razões do recurso estão dissociadas do decidido no acórdão recorrido. Aplicação da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

4. "A sucumbência recíproca ou em parte mínima, estabelecida pelo Tribunal de origem, envolve contexto fático-probatório, cuja análise e revisão revelam-se interditadas a esta Corte Superior, em face do óbice contido na Súmula 7 do STJ." (EDcl no AgRg no AREsp 151072/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe de 11/09/2018).

5. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no REsp 1.251.544/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe de 21.6.2019).

Como visto, a instância ordinária, concluiu que as partes decaíram de parte de suas pretensões, reconhecendo, por isso, a sucumbência recíproca.

Ante o exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo e dou parcial provimento ao recurso especial, apenas para determinar a incidência dos juros de mora a partir da citação.

Publique-se.

Brasília, 18 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator